

DO RIO DE JUNHO AO CARNAVAL DO RIO: JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A GREVE DOS GARIS DE 2014 NO RIO DE JANEIRO¹

Leonardo Vereza de Freitas²
Brena Costa de Almeida³

Resumo

O artigo relaciona as Jornadas de Junho de 2013 e a greve dos garis ocorrida durante o carnaval de 2014 no Rio de Janeiro. Investiga os repertórios aplicados pelos jovens que tomaram as ruas em junho e aqueles dos ativistas sindicais das greves do segundo semestre de 2013 e do início de 2014, especialmente os funcionários da limpeza urbana da cidade. Analisando os mecanismos de transferência de performances entre os grupos, problematiza ainda as fronteiras porosas entre os movimentos sociais e o movimento sindical, notando como a greve dos garis de 2014 adquiriu feições de movimento social.

Palavras-chave: Jornadas de Junho de 2013; Movimento sindical; Garis.

DE RIO DE JUNHO AL CARNAVAL DE RIO: JORNADAS DE JUNIO DE 2013 Y LA HUELGA DE BARRENDEROS DE CALLES DE 2014 EN RÍO DE JANEIRO

Resumen

El artículo relaciona las Jornadas de Junio de 2013 y la huelga de barrenderos ocurrida en el carnaval de 2014 en Río de Janeiro. Investiga los repertorios de los jóvenes que salieron a las calles en junio y los de los activistas sindicais de las huelgas del segundo semestre de 2013 y principios de 2014, en especial los limpiadores de la ciudad. Analizando los modos de transferencia de performances entre grupos, problematiza las fronteras entre los movimientos sociales y el movimiento sindical, observando cómo la huelga de los barrenderos de 2014 tuvo rasgos de movimiento social.

Palabras clave: Jornadas de Junio de 2013; Movimiento sindical; Barrenderos.

FROM THE RIO OF JUNE TO THE CARNAVAL OF RIO: JUNE DAYS OF 2013 AND THE STREET SWEEPERS STRIKE OF 2014 IN RIO DE JANEIRO

Abstract

The article relates the June Days of 2013 and the street sweepers' strike that occurred in the 2014 carnival of Rio de Janeiro. It investigates the repertoires applied by the young who took the streets in June and those of the union activists on strikes of the second half of 2013 and the beginning of 2014, especially the city's urban cleaning employees. Analyzing the mechanisms of performances transference between groups, it also problematizes the porous boundaries between social movements and the trade union movement noting how the 2014 sweepers' strike acquired features of a social movement.

Keywords: June Days of 2013; Trade union movement; Street sweepers.

¹Artigo recebido em 27/03/2024. Primeira Avaliação em 13/08/2024. Segunda Avaliação em 19/08/2024. Terceira Avaliação: 02/10/2024. Aprovado em 31/10/2024. Publicado em 05/12/2024.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i49.62437>.

²Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: leovereza@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3233-035X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9882807229076682>

³Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS) da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: brenalmeida@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5583-4059>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9549594705896848>.

Introdução

A vanguarda do movimento sindical do asseio, na figura dos garis, é um segmento de trabalhadores que secularmente resiste a inúmeras formas de opressão e de exploração. Carregam o peso da herança histórica dos *tigres*⁴, galés⁵ e ex-escravizados (libertos), que eram destacados para os piores serviços existentes nos tempos da monarquia no Brasil. As queixas dos garis quanto às precárias e insalubres condições de trabalho, convertem-se em batalhas do dia a dia que por vezes serviram de catalisadores para a eclosão de grandes mobilizações.

O ano de 2024 é a data em que se completam dez anos da mais explosiva das mobilizações que se tem notícia no movimento sindical dessa categoria. No início de 2014, sob o influxo das Jornadas de Junho de 2013, os trabalhadores encarregados da limpeza da cidade do Rio de Janeiro desafiaram sua direção sindical e fizeram com as próprias mãos uma greve em pleno carnaval carioca, por oito dias, atraindo para si toda sorte de olhares do Brasil e do mundo.

Este artigo é resultado de duas pesquisas de doutorado já concluídas, realizadas através de pesquisa empírica, bibliográfica, documental e de campo⁶. A linha do tempo foi reconstituída mediante informações de periódicos comerciais, onde realizamos busca em acervos digitais sobre menções a greves dos funcionários da COMLURB – sistematicamente no acervo do jornal O Globo de 2004 a 2014 e complementarmente em publicações de outros jornais mediante busca no google. Quanto às informações específicas das dinâmicas dos sujeitos, obtivemos por panfletos da direção sindical e dos grupos de oposição, bem como através da realização de entrevistas semiestruturadas. Realizamos também observação participante principalmente no curso das manifestações de junho e nas atividades de greves ocorridas no segundo semestre de 2013, bem como na greve dos garis de 2014. Ocorreram mais atividades desse tipo junto aos garis nos anos posteriores, porém, em função do recorte adotado para o presente artigo, elas não serão aqui apresentadas.

⁴ Tigres: Alcinha recebida por homens escravizados, nos tempos do Brasil Colônia e do Império, que eram encarregados de transportar sobre suas cabeças barris contendo esgotos sanitários para despejo em terrenos baldios ou no mar.

⁵ Galés: pessoas condenadas a trabalhos forçados.

⁶ Os autores deste artigo desenvolveram suas pesquisas no período entre 2013 e 2023.

Objetivamos aqui, portanto, analisar a relação entre as Jornadas de Junho de 2013 e a greve dos garis de 2014, identificando pontos de contato entre tais eventos e dando destaque ao impacto desta greve sobre o imaginário desses trabalhadores, na forma de forte referência para as mobilizações subsequentes.

O mês de junho de 2013 no Rio de Janeiro

A luta sindical dos garis nos últimos anos se desenvolve através de ascensos e descensos, que provocam mobilizações e greves. Porém, isto possui um ponto de inflexão, que é a greve de 2014, onde supera-se um relativo imobilismo dominante por anos. E isso não se dá como um raio em céu azul, mas como parte de um contexto de intenso ativismo de movimentos sociais na cidade do Rio, que irrompe com os acontecimentos nacionais conhecidos como as Jornadas de Junho de 2013.

Estas, que se estenderam em mobilizações sociais no Rio até a Copa da Fifa de 2014, constituíram-se como um ciclo multitudinário de protestos, tendo como estopim o aumento no valor das passagens de transporte coletivo e episódios de violência policial contra manifestantes. Maior mobilização desde o impeachment de Fernando Collor, se espalhou por mais de 350 municípios (Singer, 2013) e estima-se que tenha mobilizado cerca de 12% da população brasileira (Ortellado, 2017) e contado com amplo apoio do restante da mesma.

Tendo passado antes, naquele ano, pelas cidades de Natal, Porto Alegre e Goiânia (Tavares; Roriz, 2015), os protestos contra o aumento das tarifas de transporte público, ao chegarem nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ganharam maiores proporções e repercussão, fazendo alastrar essa pauta de protesto para diversas cidades do país.

No Rio, foram mobilizadas pelo Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens (ou somente Fórum de Lutas) e, em São Paulo, pelo Movimento Passe Livre (MPL), organizações, estas, com acúmulo já de anos de lutas nessa seara⁷.

⁷ No Rio de Janeiro, o Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, já promovia mobilizações nos anos anteriores. De acordo com Almeida (2019), entretanto, com patamares de aderência bem menores. O Movimento Passe Livre, por sua vez, promovia protestos na cidade de São Paulo, além de outras cidades do país, pela reivindicação da tarifação zero nos transportes públicos, como demonstrado por Zibechi (2013).

Neste ciclo de protesto, o dia 20 de junho foi marcado como o ápice daquele mês com registros em cerca de 100 cidades e, delas, 25 capitais. Em São Paulo, o protesto com mais de 100 mil participantes fica marcado por conflitos entre grupos, levando-o à divisão em dois, que acabam seguindo por trajetos distintos. Em Brasília, são atacadas as vidraças do Banco Central e do Palácio do Itamaraty. Mas é no Rio que ocorre o mais intenso protesto, onde 1 milhão de manifestantes tomam a Av. Presidente Vargas.

Nesse dia, nas pautas são incluídas uma gama diversa de demandas por ampliação ou conquista de direitos, em grande parte relacionadas à qualidade de vida da população. Os gastos com a Copa da Fifa e com a Copa das Confederações provocavam polêmicas, por conta dos valores⁸ que se relacionavam a esses torneios, que entrava em grande contraste com as precárias condições de serviços públicos como educação, transportes e saúde. Daí nasciam os slogans de reivindicações por serviços públicos “padrão Fifa”.

Daí em diante, os protestos prosseguem em diferentes níveis no país, mas passam a ter expressão concentrada no Rio de Janeiro. E se em São Paulo, o MPL decide por se retirar dos protestos, no Rio o Fórum de Lutas quase se cinde, no dia 25, ao deliberar em praça pública sobre o último dos atos, que coincidiria com o momento da final da Copa das Confederações que ocorria no Rio de Janeiro. Mas apesar disso, ao fim e ao cabo, o protesto ocorre até as franjas do Maracanã, onde jogavam Brasil e Espanha.

Aquele mês de junho, no Rio, teimava em não querer acabar e as manifestações seguiram em julho: durante a visita do Papa Francisco na Jornada Mundial da Juventude e na nova onda de protestos decorrentes do desaparecimento do pedreiro Amarildo⁹.

Em agosto, é fundada a Frente Independente Popular (FIP), congregando ex-participantes do Fórum de Lutas e outros independentes, de diversos matizes. Tal frente assume para si o compromisso de continuar as lutas contra a chamada “farra da

⁸ Sobre os gastos com a Copa da Fifa, ver divulgação dos dados oficiais pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo>.

⁹ Ajudante de pedreiro e morador da favela da Rocinha, desaparecido em julho/2013 após abordagem de policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da referida comunidade. Para mais informações, ver <https://jornalggn.com.br/direitos-humanos/dez-anos-caso-amarildo/>

Fifa” que operava na cidade mediante uma lei de exceção (conhecida como Lei Geral da Copa) e que catalisava um processo de financeirização dos espaços que, como já destacou Almeida (2019), se realizava mediante obras urbanas de grandes extensão e duração que, além de impor remoções forçadas a populações faveladas, determinava também limitações em geral à circulação e acessibilidade aos bens e recursos próprios à cidade. Instala-se no Rio, portanto, nos termos de Rolnik (2015), uma verdadeira “guerra de lugares”.

A FIP se incorpora a diversas mobilizações: pelo reaparecimento de Amarildo, pela liberdade de Rafael Braga¹⁰, contra o governador Sérgio Cabral e contra o grupo midiático Globo. No feriado de 7 de setembro, consegue driblar forte aparato policial e organizar protestos nas ruas do centro do Rio, que culminaram na interrupção do desfile militar da independência na Av. Presidente Vargas¹¹.

E por ação da FIP e de outros sujeitos coletivos, as mobilizações se seguiram na cidade da segunda metade de 2013 até a realização da Copa em junho-julho de 2014. O movimento sindical, com dificuldades em aderir rapidamente aos protestos em junho (Cohen; Santana, 2015) apresenta no segundo semestre de 2013 episódios intensos, como a greve da educação e a luta dos petroleiros em greve nacional e contra o leilão do bloco petrolífero do pré-sal de Libra. Em 2014, ocorre ainda várias paralisações, muitas à revelia de suas direções sindicais, como foi o caso da greve dos garis em março, a greve na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) de fevereiro a março¹² e a greve dos rodoviários em maio¹³.

O contexto das Jornadas de Junho

Há que se compreender a eclosão das Jornadas de Junho de 2013 situando-as nos contextos internacional e nacional.

¹⁰ Morador de rua preso no centro do Rio em 20/06/2013, por ter sido confundido com manifestante. Acusado e condenado por supostamente portar um “coquetel molotov”, que na realidade era uma garrafa de desinfetante. Para mais informações, ver <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/unico-manifestante-condenado-no-rio-vai-para-prisao-domiciliar.html>

¹¹ Para mais informações, ver https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130907_atualiza_protestos_independencia_jp

¹² Ver Almeida et al (2021).

¹³ Ver Silveira (2023).

Do ponto de vista internacional, há que se encontrar o espaço das Jornadas de Junho, ou seja, elucidar o contexto originário deste ciclo de protestos. Daí, pode-se dizer que o 2013 brasileiro eclodiu num cenário em que ondas de protestos ocorriam por várias partes do globo, em reação aos prolongados efeitos da recessão econômica mundial desencadeada pela crise imobiliária dos *subprimes* nos EUA.

Dado o alto grau de financeirização da economia mundial desenvolvido crescentemente desde a década de 1970 (Chesnais, 2005), o colapso da bolha imobiliária nos EUA levou a uma quebra de bancos europeus e estadunidenses entre 2007 e 2008, imediatamente produzindo ações de governos das principais potências em socorro e mesmo de estatização de instituições financeiras. Irrompe, portanto, mais um duro episódio da crise geral de superprodução relativa do capitalismo, provocando um novo longo ciclo “desvirtuoso”, intenso e de desenvolvimento desigual, onde o endividamento profundo da população aparece como consequência de suas tentativas frustradas por manter seus padrões de consumo. Essa crise é intensificada, por sua vez, quando vários governos passaram a determinar medidas de austeridade nas suas economias, provocando a intensificação das taxas de desemprego e o aumento da precarização dos vínculos empregatícios; daí à retração da capacidade geral de consumo e novas quebra de outros segmentos econômicos; e daí a retroalimentação desse ciclo.

O período que seguiu, de 2008 a 2016, ficou marcado por reações populares, na forma de ciclos de protestos numa grande extensão de países e regiões como Islândia, Grécia, norte da África e Oriente Médio, Portugal, Espanha, EUA, Turquia, Brasil e França. Tais mobilizações ficaram marcadas pelo uso das redes sociais, como meio de discussão, informação e mobilização e pela ocupação massiva do espaço público, uma “presença obstinada”, como diriam Cohen e Santana (2015). E do ponto de vista organizativo, muitas delas tinham como marca o não reconhecimento de líderes ou representações para negociar com os Estados, buscando por “novas formas de legitimidade democrática e, mais profundamente ainda, uma renovação da política” (Cohen, Santana, 2015, p. 104). A disposição desses ciclos caracterizou uma nova onda de indignação global ou “uma nova geopolítica da indignação global”, marcada

pelo “rechaço aos sistemas políticos, aos partidos políticos tradicionais e às formas convencionais de organização política” (Bringel, 2017, p.34, tradução nossa).

Do ponto de vista nacional, as Jornadas ocorriam no contexto de dez anos completos do primeiro ciclo de governos no PT. Era quando o governo Dilma se encontrava tensionado por pressões sociais de amplo espectro, à esquerda e à direita, herdando o que se experimentou nos dois mandatos de Lula, de 2003 a 2010 (Alonso, 2023). Caracteriza-se ainda como um momento em que o modelo político-econômico neodesenvolvimentista dos governos petistas chegava aos seus limites (Perruso; Narvaes, 2015).

Sobre um suposto peso hegemônico de forças de extrema direita no ciclo de protestos de junho no Brasil, há que se dialogar com as teses que ficaram conhecidas como do “ovo da serpente” ou “ovo do fascismo”. Dentre os materiais empíricos registrados na literatura do tema, à exceção do levantamento de Alonso (2023) sobre os protestos de São Paulo – onde ela verifica a existência de forças organizadas à esquerda e à direita em junho de 2013, sem perceber, entretanto, uma hegemonia dos últimos – não há evidências de que foi a direita ou extrema direita que articulou ou dominou os protestos no país e, nem mesmo na cidade do Rio, sendo eles marcados por um cariz multitudinário.

A partir da realização de longa pesquisa, onde debruçamo-nos sobre o tema com cuidados empírico, metodológico e teórico, concluímos que as teses como essas dos “ovos”, constituem-se numa associação que visa cercear o debate político democrático polarizado, ao encaixotar as manifestações no falso paradigma de que críticas a um governo autointitulado de “esquerda” não podem ser mais que críticas de direita. Nobre (2013) corrobora com este ponto de vista e situa essa construção analítica no cenário político e eleitoral, como uma tentativa de neutralizar a dissonância das irrupções a partir de “teorias da conspiração interessadas, assustadas com a perda de sustentação do governo e com as eleições de 2014” (Nobre, 2013, p.5).

E, particularmente, no que tange às condições de vida do povo, que podem servir para explicar de onde sai o ímpeto dos protestos, cabe notar, por um lado, o processo de precarização crescente das condições de trabalho e, por outro, a deterioração e mercantilização dos serviços públicos. Na vida das classes trabalhadoras, nota-se a

ambivalência da ampliação do consumo mediante a expansão do crédito, onde, por um lado, há relativa ampliação na capacidade de compra de bens e serviços e, por outro, a conseqüente explosão do endividamento da população. Além disso, percebem-se os efeitos nocivos da recessão mundial sobre o Brasil, ainda que naquele momento de forma mais indireta.

Lula chegou a declarar que o tsunami da crise nos EUA chegaria no Brasil na forma de uma “marolinha”¹⁴. Porém, tomando-se o cariz altamente globalizado da economia e, por conseqüência, a incessante busca por “competitividade” das empresas, percebe-se na primeira década do século XXI do Brasil, a paradoxal convivência de índices de empregos formais relativamente altos com uma crescente precarização do trabalho, seja por conta de uma tendência geral já observada ao longo de décadas, seja pela necessidade dos negócios se adaptarem para fazer frente à competição internacional.

Isso, pois, se a tendência à terceirização (dentre outras formas de flexibilização do trabalho) decorrente do ideário da reestruturação produtiva toyotista é aplicada na década de 1970, na sua modalidade restrita, e na década de 1990, de modo sistêmico (Alves, 2000), é nos anos 2000, particularmente a partir de 2005 (com as leis 11.196/2005 e 123/2006), que tal precarização nos empregos ocorre de forma mais profunda. Apesar de ter fracassado na iniciativa tripartite de reforma sindical e trabalhista do Fórum Nacional do Trabalho (2003-2005)¹⁵, é de autoria do governo Lula a lei 11.196/2005 (chamada “Lei do Bem”) que abriu precedente para a chamada “fraude da pejetização” (Krein, 2007), posteriormente legitimada na íntegra com a Reforma Trabalhista do governo Temer em 2017 e por decisões recentes do STF. Essa modalidade de emprego mediante a contratação terceirizada com quadro reduzidíssimo de funcionários representou a possibilidade de trabalhadores antes contratados individualmente serem substituídos ou recontratados como uma empresa, sem os mais elementares direitos trabalhistas. Tal recurso precarizante das condições de trabalho se apresenta na figura também do Microempreendedor Individual (MEI), instituído no país

¹⁴ Jornal O Globo, 04 de outubro de 2008.

¹⁵ Para mais informações, ver:

<https://www3.mte.gov.br/fnt/reforma.asp>,

https://www3.mte.gov.br/fnt/Reforma_Sindical_e_Trabalhista_relatorio_final_do_CDES.pdf

https://www3.mte.gov.br/fnt/relatorio_fnt.pdf

através das leis 123/2006 e 128/2008, constituindo para muitos “empreendedores” uma lógica de “trabalhador-empresa”, que produz um autocontrole sobre si, provocando muitas vezes uma “auto exploração” para além do escopo da jornada de trabalho regular (Muniz, 2023). Constituía-se a partir dali uma “inserção econômica e social fora dos limites do assalariamento” (Rosenfeld, 2015, p.125).

Dari Krein sintetiza o quadro do mercado de trabalho no final da década de 2000:

Ou seja, continuamos convivendo com um excedente estrutural de força de trabalho, expressa no desemprego e na informalidade, uma forte heterogeneidade na estrutura ocupacional, com uma taxa de rotatividade altíssima (mais de 40% ao ano), com a prevalência de baixos salários e com uma desigual distribuição de renda do trabalho. Também é necessário destacar que a flexibilização na relação de emprego continuou avançando em muitos aspectos, tais como a diversificação nas formas de contratação, no avanço da remuneração variável e na intensificação do ritmo de trabalho e na sobreposição do tempo econômico sobre o tempo da vida. [...] E também há um processo de substituição de trabalhadores com maiores salários por outros com menor rendimento. As empresas também estão aproveitando a crise para fazer reestruturações e racionalizações que estavam adiando em função de uma situação anterior (KREIN, 2009).

Já no que tange às condições de vida da população, particularmente no atendimento das suas necessidades através dos serviços públicos, Dilma precisou lidar com expectativas frustradas que vieram à tona em 2013: eram os cartazes que diziam “Queremos saúde/escolas/transportes padrão Fifa” (Andres, 2023).

Os mandatos do PT, iniciados em 2003, geraram expectativas de ganhos sociais entre as classes populares, e a perspectiva de estabilidade e grandes ganhos econômicos para as classes mais abastadas. Sendo um governo de concertação nacional, nos termos expressos na chamada “Carta ao povo brasileiro” da campanha de Lula de 2002¹⁶ ou no discurso deste na Av. Paulista (São Paulo) em 18 de março de 2016¹⁷, tiveram as classes populares – imensa parcela de seu eleitorado à época – um

¹⁶ Carta ao Povo Brasileiro. Documento de compromisso pluriclassista, propondo marcos de desenvolvimento diferentes daqueles praticados pelo governo FHC (1995-2002). Disponível em <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

¹⁷ Discurso de Lula em 18/03/2016 na Avenida Paulista, São Paulo, quando ele afirma que foi no governo do PT, que os banqueiros ganharam dinheiro como nunca na história, e que um pouco do que eles ganhavam foi repartido pelo governo com os trabalhadores. Disponível em <https://tvefamosos.uol.com.br/videos/?id=nunca-ganharam-dinheiro-como-no-meu-mandato-diz-lula-sobre-banqueiros-04020D183666C0C15326>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

conjunto de demandas atendidas, mas tantas outras de cunho estruturante das condições de vida, não implementadas pelo PT¹⁸.

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante do país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical (ROLNIK, 2013, p.9).

Empunhando faixas e cartazes que reivindicavam saúde, transportes e educação “padrão FIFA”, manifestantes, por várias partes do país, questionavam a precarização geral de serviços públicos, como parte integrante de uma lógica de empurrar a população à contratação de serviços privados.

A condição precária desses três basilares serviços públicos não era novidade em 2013, sendo na realidade uma chaga secular, parte da condição estrutural de um país de capitalismo atrasado como é o caso do Brasil e das demais nações da América Latina. Entretanto, completavam-se ali 10 anos de um governo para onde convergiam inúmeras expectativas e esperanças. “Mas a recorrente frustração dessas esperanças vai erodindo a legitimidade, ao mesmo tempo que a resignação vai sendo substituída pela indignação quando surge o insuportável.” (Castells, 2018, p.13). Decifrar profundamente o “insuportável” em 2013 é ainda um desafio a ser trilhado, mas podemos enunciar que sua face visível foi, por um lado, o contraste dos grandes gastos com a Copa e com as Olimpíadas em relação a qualidade dos serviços públicos e, por outro lado, a brutal violência policial contra aqueles que iniciavam o ciclo de protestos. E daí, a indignação “...fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (Rolnik, 2013, p.8).

¹⁸ “Resolução sobre conjuntura de 17 de maio de 2016” do PT. Resolução com autocrítica quanto a diversos erros cometidos pelo PT, que levaram o mesmo a não conseguir fazer frente ao processo de ataques sofridos e que tiveram seu ápice, até então, com o impeachment da Dilma. Disponível em <http://www.ptdf.org.br/novo/2016/05/18/resolucao-sobre-conjuntura-de-17-de-maio-de-2016/>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

Campos de ação e repertórios nas Jornadas de Junho

Ao olhar para os protestos, cabe considerar a formação de diferentes campos de ação estratégicos (Fligstein; McAdam, 2001), onde classificam-se os manifestantes politicamente pela sua orientação e ou pelo teor de suas demandas. O centro de nossa análise foca nos protestos do Rio de Janeiro apesar de que com variações de intensidade, podem ser observados campos de ação de mesma ordem em grandes capitais como São Paulo, por exemplo. É necessário compreender ainda que os campos de ação não eram estáticos e variaram ao longo de junho. Alerta-se que

é crucial entender Junho de 2013 como um momento de abertura societária no país. Uma vez aberto o espaço de protesto pelas mobilizações iniciais, outros sujeitos se uniram para fazer suas próprias reivindicações, sem necessariamente manter os laços com as mobilizações originais e repetir as formas, a cultura organizacional, as referências ideológicas ou os repertórios de ação dos iniciadores dessas mobilizações (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

A partir dos repertórios de protesto (Tilly, 1995) aplicados em Junho, delineamos os campos de ação ou os “blocos” (termo dos ativistas) através do quais os manifestantes se unificaram, de forma orgânica ou não, pela identidade de ideologia, de bandeiras e/ou de práticas: neossocialista, autonomista e patriótico. Tal identificação inicial de campos é de Alonso e Mische (2015), atualizada por Alonso (2023) e sua caracterização se concentra nos fatos investigados na cidade de São Paulo. Partimos daí, portanto, para adaptá-la aos acontecimentos percebidos por observação direta e pela literatura que já investigou o tema na cidade do Rio de Janeiro (Freitas, 2023).

Mantendo um repertório semelhante ao campo “socialista” (Alonso; Mische, 2015) – a esquerda organizada em partidos e sindicatos até 2002 – os chamados “neossocialistas” (Alonso, 2023) se diferenciam, fundamentalmente em função da desidratação ocorrida nas práticas de protestos dos primeiros, que vieram a ocupar o governo de Lula e Dilma, e passaram a centrar ação no âmbito institucional. Os neossocialistas são os que se conformam a partir de insatisfações e decepções com os rumos dos governos do PT, fazendo oposição pela esquerda. Nas ruas de Junho do Rio de Janeiro, eles eram alguns dos que integravam o Fórum de Lutas, sendo em grande

parte vinculados a partidos derivados do PT, como PSOL e PSTU. Identificamos seu repertório na cidade do Rio de Janeiro, nas ruas de 2013:

Repertório neossocialista: *exibições públicas de filiação organizacional/partidária (faixas vermelhas, camisetas com símbolos partidários ou de movimento, emblemas, bandeiras e adesivos partidários); organização centralizada e hierárquica; alta visibilidade da liderança nos fóruns de discussão e protestos de rua; propensão ao diálogo e negociação com autoridades políticas e policiais durante protestos e para apresentação de pleitos. Pautas relacionadas à crítica ao capitalismo, à desigualdade, à exclusão social, às elites políticas e econômicas; contra o aumento das passagens, pela melhoria dos serviços públicos e outras demandas diversas de cunho democrático.*

Já o campo dos adeptos ao repertório autonomista era daqueles que disputavam o terreno crítico ao governo, à esquerda do PT, sem vinculações aos tradicionais partidos políticos de esquerda. Em sua maioria, eram organizados em movimentos sociais de amplitude média ou pequena, alguns com articulações nacionais ou regionais, mas em sua maioria restrita à atuação local. Muitos organizados em coletivos, alguns de cariz comunista revolucionário e outros de identificação anarquista, mas também diversos independentes, com ideais libertários ou marxistas. Concretamente, esse é o campo que em sua maioria participou do Fórum de Lutas em junho e em agosto passou a atuar na FIP. Parte destes, entretanto, não teve participação nas plenárias e reuniões das frentes citadas, restringindo sua atuação ao comparecimento nas manifestações convocadas por essas frentes de luta. Identificamos o conjunto de suas performances:

Repertório autonomista: *exibições públicas; ocupações periódicas e/ou permanentes de espaços públicos; formas de contestação que envolvem confronto; resistência ativa à repressão policial; ataque a objetos de cunho simbólico do Estado e de grandes grupos econômicos; formas de deliberação horizontais, em espaços públicos; anti-exibicionismo de lideranças e de autoridades centralizadas; indisposição à negociação com autoridades políticas e policiais durante protestos e para apresentação de pleitos. Pautas: crítica ao capitalismo, aos grupos e classes dominantes na política e na economia; questionamento ao poder do Estado,*

desmilitarização das polícias, defesa de grupos pauperizados, marginalizados, oprimidos (remoções de favelas, Amarildo, Rafael Braga, Aldeia Maracanã); contra a criminalização do aborto e o projeto da chamada “cura gay”, além de outras demandas diversas de cunho democrático.

Quanto ao campo adepto do chamado repertório “patriótico”, é o menos organicamente estruturado nos protestos. Os manifestantes desse campo, tiveram atuação pulverizada, com expressão maior no protesto de 20 de junho de 2013 (a chamada passeata do 1 milhão), se mobilizando de casa até às ruas pela viralização das convocações feitas pelas redes sociais e pela TV Globo que propagandeou a manifestação daquela data com um grande ato cívico, elencando pautas na tentativa de dar direcionamento político ao ato.

Repertório patriótico: *utilização de símbolos nacionais; estilo festivo de manifestação com caras pintadas; apologia ao pacifismo; postura de passividade frente às forças policiais; propensão ao diálogo e negociação com autoridades políticas e policiais durante protestos e para apresentação de pleitos. Pautas contra o aumento das passagens; pela melhoria dos serviços públicos; contra a criminalização do aborto e o projeto da chamada “cura gay”; contra a corrupção e contra a PEC 37/2011; entre outras demandas diversas de cunho democrático.*

Há que se pesar o quadro complexo e ziguezagueante da vida nacional, no qual, com o passar de anos, forças de direita e de extrema direita se desenvolveram, apropriando-se e adaptando, inclusive, algumas das performances aplicadas nas ruas e publicizadas pelos principais meios de comunicação do país no mês de junho de 2013. Mas ressaltamos a importância de ter atenção com as performances relacionadas do “campo patriótico” de 2013, de modo a estabelecer o devido distanciamento quanto à massa de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que autodenominados “patriotas” promoveram por cerca de dois meses movimentos golpistas em 2022-23, tendo seu ápice no ataque às sedes dos Três Poderes da República em Brasília em 08 de janeiro de 2023. Isso se faz necessário, tendo em conta o cariz violento e específico do movimento bolsonarista, bem como sua pauta desintegradora da unidade nacional, com slogans que remetem à religiosidade e ufanismo típicos dos movimentos nazifascistas da primeira metade do século XX – performances, estas, portanto, inexistentes nos

segmentos que fizeram grande uso de símbolos nacionais nas ruas de junho e que apresentavam pautas de cunho democrático. Fica o cuidado aqui, portanto, em não incorrer em anacronismos.

As lutas sindicais pós junho de 2013

Ainda no calor dos acontecimentos de junho, Bringel (2013) chama atenção para a aplicabilidade da noção de Tarrow (1998) sobre “pendularidade” dos ciclos de ações coletivas, ressaltando que mesmo após o fim daquele mês, estariam em aberto as possibilidades para a continuidade dos conflitos e de novos desdobramentos políticos. E isso de fato ocorreu desdobrando-se em sucessivos ciclos de protesto ocorridos nos meses seguintes.

E se no mês de junho os sindicatos não conseguiram acompanhar o ritmo e a intensidade dos protestos, nos meses seguintes eles passaram a ser responsáveis por um número crescente de greves. Nacionalmente, o índice de greves salta, passando de 876 paralizações em 2012 para 2.046 em 2013.

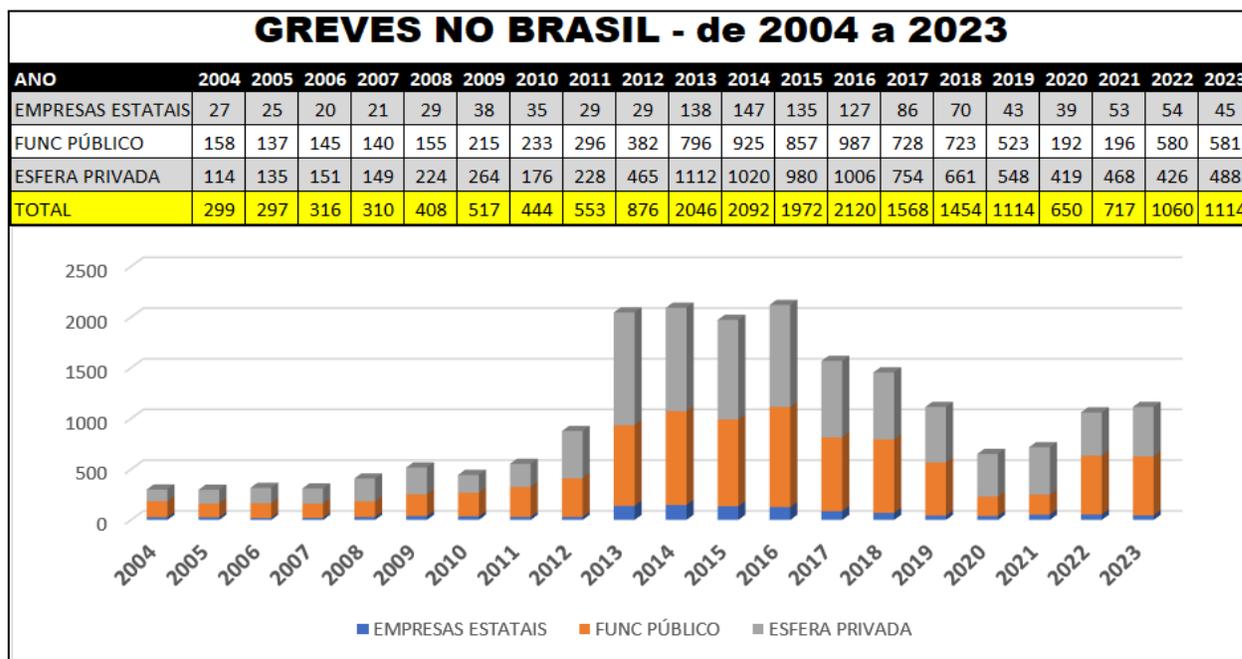


Figura 1 - Greves no Brasil de 2004 a 2023 (Fonte: SAG Dieese)

A partir de uma análise sobre as greves de maior repercussão, percebe-se, por um lado, uma mudança no estado de espírito e nas performances de uma parcela de grevistas, apesar de seguirem coexistindo práticas tradicionais durante as paralisações. E estas diferentes práticas coincidem, por sua vez, com diferentes perfis geracionais.

O segmento com práticas sindicais mais tradicionais pode ser verificado, por exemplo, em uma categoria fortemente mobilizada em greves de grande periodicidade. Falamos dos bancários, que entre setembro e outubro de 2013 paralisaram suas atividades numa intensa greve encerrada só após vinte dias, mas que de acordo com Perruso e Narvaes (2015, p.8) “não soube mobilizar-se nas ruas nem polarizar o debate político”, concentrando-se nos piquetes e colagens de adesivos nas portas dos bancos. Este segmento é a aquele identificado por esses autores como o da “geração petista-cutista”, que coincide com a denominação do chamado antigo “campo socialista” (Alonso; Mische, 2015), originada nas mobilizações da virada dos anos 1980 e quando se apoiava numa perspectiva de transformação social de baixo para cima, via pressão ou combate ao Estado. Porém, tal como notam também Perruso e Narvaes (2015), após a chegada do PT ao poder em 2003, esses sujeitos passam a tomar o Estado como lócus de transformação social pela via lenta e moderada da aplicação de políticas públicas. No âmbito da prática grevista, este segmento tem seu repertório específico, identificado a seguir:

Repertório grevista tradicional: *interrupção do trabalho; valorização do espaço dos locais de trabalho como centro da confrontação com o capital; piquetes nas portas dos locais de trabalho com ou sem carro de som; atividades de convencimento para adesão à greve em ambientes internos do trabalho; panfletagens à população nas portas dos locais de trabalho e eventualmente em espaços públicos; colagens de cartazes nas portas de locais de trabalho e em postes; reuniões e assembleias deliberativas em espaços internos dos sindicatos ou outros espaços fechados como clubes ou afins.*

Já a aplicação de práticas grevistas diferenciadas, se dá por aqueles que reproduzem parcela dos repertórios de junho, incrementando parte das performances aplicadas no *repertório autonomista* sobre o *repertório grevista tradicional*. É o caso da greve dos profissionais da educação do Estado do Rio, ocorrida de agosto a outubro de

2013, quando foi percebido uma forte ocupação do espaço urbano, através de grandes e frequentes passeatas, encerradas muitas vezes por bombas, tiros e prisões, bem como a ocupação de prédios públicos, caso da Câmara de Vereadores do Rio, desocupada mediante violenta ação policial.

A greve nacional dos petroleiros, ocorrida em outubro de 2013 foi outro caso emblemático, tendo no Rio aplicado um *repertório misto*, com performances tradicionais em alguns momentos e práticas diferenciadas em outros, ao promover ocupações e acampamentos no centro da cidade e enfrentar a Força Nacional de Segurança durante o protesto contra o primeiro leilão de blocos petrolíferos do pré-sal, promovido pela ANP, no dia 21 daquele mês. Identificamos, portanto, esse repertório diferenciado pós-junho, dando a ele uma denominação específica:

Repertório grevista de rua: interrupção da prática laboral; piquetes nas portas dos locais de trabalho com ou sem carro de som; atividades de convencimento para adesão à greve em ambientes internos do trabalho; panfletagens à população em espaços públicos; manifestações de rua recorrentes; protestos recorrentes em frente aos locais de trabalho e em frente a prédios dos poderes públicos; resistência ativa à repressão policial; reuniões e assembleias deliberativas em espaços internos dos sindicatos ou outros espaços fechados como clubes ou afins; variação na disposição ao diálogo e negociação com autoridades políticas e policiais durante protestos e para apresentação de pleitos (disposições e indisposições de acordo com grupos).

Tais performances diferenciadas percebidas nesse repertório, bem como durante a ocorrência das Jornadas de Junho são, portanto, expressão da estreia de uma nova geração de ativistas populares que não partilhariam com a *geração petista-cutista* (ou antigo *campo socialista*) seus atuais valores e marcos político-ideológicos – desgastada no seio dos movimentos sociais da contemporaneidade. Grande parte dos ativistas de junho de 2013, são, portanto, jovens que desenvolveram sua prática e consciência política durante a vigência do primeiro ciclo de governos do PT, tendo necessidades não atendidas: “já não estavam tão gratos quanto os pais poderiam estar por todas as coisas; queriam mais” (Alonso, 2023, p.27).

A greve dos garis no carnaval de 2014

A greve de oito dias realizada pelos funcionários da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro) durante o carnaval carioca de 2014 configurou-se como um marco na luta desses trabalhadores. Expressou o rompimento sobre o relativo imobilismo mantido por cerca de dez anos pela direção sindical que por tantas vezes tomou atalhos nas campanhas reivindicatórias que no fundamental só repunham a inflação, sem ganhos significativos para os trabalhadores¹⁹. O movimento constituiu-se, nesse sentido, numa ruptura momentânea de uma parte ativa da categoria com sua direção sindical e fixou-se no imaginário simbólico dos trabalhadores, pela intensidade da mobilização e por seu ganho recorde, materializado num reajuste salarial na ordem de 37%, num período em que a inflação medida pelo IPCA foi de 5,68%. Tal mobilização impactante tomou manchetes do Brasil e do mundo e, mesmo após quase dez anos, segue ainda viva na memória de boa parte da população carioca e, quiçá, de uma parcela da população nacional.

A exemplo das Jornadas de Junho, a greve foi oriunda de um processo de renovação geracional na categoria e, sob influxo das mobilizações de 2013, foi gestada por grupos até então desarticulados entre si, que possuíam atuação atomizada entre as mais de cem gerências da empresa espalhadas pela cidade. Essa atomização de militância, por sua vez, sofreu primeiras transformações pelo encurtamento de distâncias promovido pelo advento das redes sociais. As etapas preparatórias da greve, no segundo semestre de 2013, incluíram a criação de grupos de *Orkut* e páginas de *Facebook* para agregar o máximo de interessados a se mobilizarem.

Tem sua primeira iniciativa preparatória na virada de ano de 2013-2014, como mobilização por protesto durante o serviço de limpeza das praias em 1º de janeiro, onde os garis trabalhariam usando narizes de palhaço e apito. Já ali se ameaçavam paralisação no carnaval do ano seguinte.

¹⁹ VIANNA, Célio. *Círculo Laranja: Entrevista*: [mar 2014]. Entrevistadora: Fernanda Nogueira. Local: Rio de Janeiro. 2014. Entrevista concedida para o Programa ALERJ Debate. Vídeo na íntegra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cvPz1DcOnX8>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

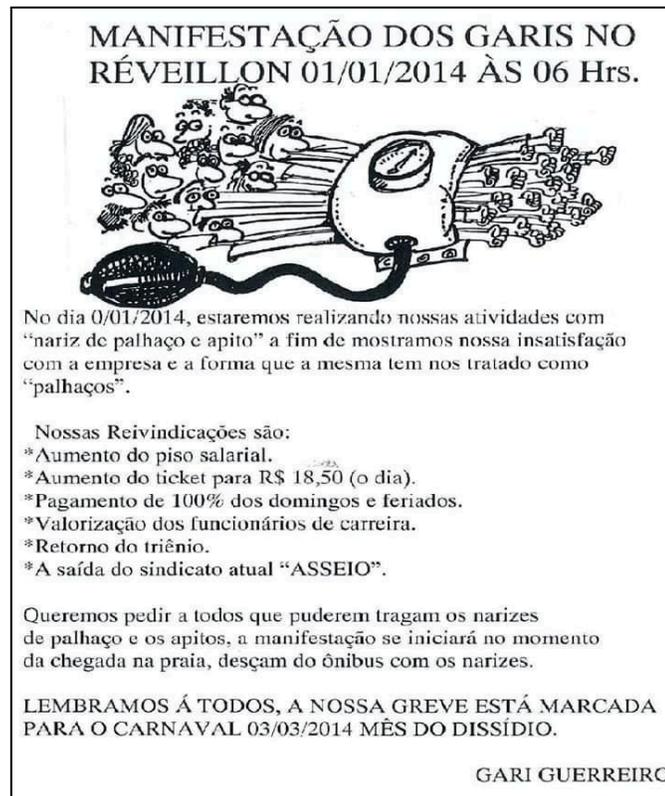


Figura 2 - Panfleto de ato em 01/01/2014 (Facebook gari Caio)

E eles seguiram mobilizados, pressionando a direção sindical para que ela encampasse a defesa firme dos interesses dos trabalhadores na campanha salarial que se aproximava.

Só o que não pode acontecer é o que está acontecendo hoje. O espírito que a gente tem hoje de lutar, vocês tiveram há 20 anos atrás. E a gente só está pedindo que vocês tenham esse espírito de volta. Não pensem somente no bolso, não pensem somente em favorecimento de gerente, nem de porra nenhuma, nem de prefeito. A gente só está cobrando de vocês é espírito de luta. Então, se vocês acham que não têm mais espírito de luta, então abram espaço²⁰.

Eis que na semana que antecedia ao carnaval, em 25/02, 500 trabalhadores se reuniram em protesto na Central do Brasil para rechaçar a proposta de acordo coletivo de trabalho (ACT) da COMLURB: reajuste do salário em 5,65% (inflação IPCA-E 12

²⁰ Fala de um funcionário da COMLURB não identificado, registrada em vídeo, durante visita coletiva de trabalhadores à sede do sindicato em 21/01/2014. Disponível em <https://youtu.be/jqdqZzEazOs>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

meses); auxílio alimentação diário de R\$12,00 para R\$16,00, elevação do piso salarial de R\$803,00 para R\$874,79 (O Dia, 2014).

E a greve se concretiza quando os trabalhadores são surpreendidos com uma notícia do Jornal Meia-Hora, em 28/02, de que a direção sindical teria firmado o ACT com a COMLURB. A partir dali, em 1º de março, numa assembleia na frente da sede do sindicato e com ausência de sua diretoria, os trabalhadores elegem uma comissão de base e iniciam o movimento paredista.

Sem apoios e sem interlocutores para negociação, os trabalhadores apostaram na ocupação permanente do espaço público para se fazerem vistos. Coletavam recursos junto ao comércio local e à população para quem prestavam serviços nos tempos de sol e de chuva. Pintaram seus primeiros cartazes e faixas eles mesmos, com o que tinham à mão. Em pouco tempo, conseguiram apoios materiais e militantes de alguns sindicatos e de movimentos sociais atuantes em 2013 – remanescentes do Fórum de Lutas e ativistas da FIP.

Para demonstrar seu movimento, para procurar interlocutores para negociação e para se reunirem com a COMLURB (que lhes recebiam, mas nada apresentavam), os trabalhadores atravessavam várias partes da cidade em passeatas. No fim dos dias, se reuniam em assembleia.

Então nós íamos até a prefeitura, da Central até a prefeitura, marchando, cantando palavras de ordem, coisas desse tipo... fazíamos um atozinho lá na porta da prefeitura, aí tirávamos ali mesmo uma comissão para tomar a decisão: "que a gente ia fazer no dia seguinte?" "Amanhã nós vamos vir aqui para Central ou vamos lá para a porta da prefeitura?" E assim era o nosso... diariamente... os chamados oito dias de greve que nós tivemos. Aí nós pegávamos...: "hoje nós vamos até a prefeitura, até a Cinelândia caminhando..." Para que? Para chamar atenção da população, haja vista que a cidade estava cheia de turistas em ritmo de festa, aquela coisa...²¹

E enquanto isso uma sacrossanta aliança se formava para tentar deter os garis. A COMLURB e o prefeito diretamente ameaçavam os trabalhadores, acabando por demitir 300 deles, para posteriormente recuar dessa ação²². O poder judiciário

²¹ Entrevista com o gari Carlos, realizada pelo autor em 16 de abril de 2015.

²² Apesar da revogação das demissões ainda no curso da greve de 2014, a empresa concretizou demissões em 2015 (após outra greve), fazendo um verdadeiro acerto de contas com as principais lideranças de 2014/2015.

decretava a greve ilegal e multava o sindicato (em função da condição jurídica de representação daquela base de trabalhadores). A prefeitura mobilizava a polícia e a guarda municipal para intimidar os protestos e para escoltar os “fura-greve”. A grande imprensa repercutia a greve, mostrando o lixo que se acumulava entre os blocos de carnaval; o Grupo Globo em particular, através da sua rede de TV e dos seus jornais impressos iam mais além, ecoando um discurso criminalizador das lideranças do movimento, dos sindicatos e movimentos que apoiavam a greve; a direção sindical, por sua vez, tornava pública também sua oposição à greve. E até mesmo um defensor público se mobilizou para tentar convencer os garis a voltarem ao trabalho sem qualquer ganho.

Após, portanto, oito dias e particularmente após uma grande chuva que tomou a cidade no dia 07 de março (entupindo bueiros, que normalmente seriam limpos pelos garis), um impasse se instala uma vez que o carnaval já tinha acabado, a greve seguia a perder de vista e a COMLURB não apresentava qualquer proposta de acordo. Nesse momento, apesar de manter postura hostil contra os grevistas, a Globo muda seu enfoque e cobra o prefeito da cidade Eduardo Paes ao vivo na TV quanto à sua responsabilidade naquele impasse. Enfim, então, na tarde de 08 de março, a COMLURB apresenta uma proposta de reajuste salarial pela inflação do período, pela elevação do piso salarial em 37%, pelo reajuste do vale refeição para de R\$12,00 para R\$20,00 e um compromisso por escrito de não retaliar os grevistas daquele ano.

Os sentidos da greve dos garis de 2014 e o seu repertório

Como pôde ser verificado, o desgaste público do prefeito da cidade na TV, jogou peso importante para o desfecho da greve dos garis de 2014, demonstrando a força do poder midiático na cena política. Porém, isso não foi outra coisa senão consequência dos oito intensos dias da greve.

Ao longo desses dias uma verdadeira disputa sobre a opinião pública se abria na cidade. Por um lado, ocorriam de modo permanente ataques direcionados aos trabalhadores através dos grandes meios de imprensa, sobretudo da Globo. Já por outro, havia os trabalhadores que só possuíam sua força mobilizatória para obter a visibilidade e popularidade necessária para ganhar a opinião pública.

Cabe ressaltar que ao decidir fazerem a greve no carnaval, os trabalhadores geraram a melhor das condições para alcançar visibilidade, dada a imprescindibilidade da limpeza urbana para aquela data. Escolha pensada, foi feita num momento em que a cidade vivia um estado meio que permanente de ebulição social, desde junho, tal como demonstramos ao longo do texto. Entretanto, é preciso também destacar que as táticas definidas pelos trabalhadores foram responsáveis para que a greve fosse mais que uma paralisação do trabalho, sendo um elemento a mais na efervescência do carnaval carioca. Os aspectos mais marcantes de suas táticas residiam na ocupação quase que permanente do espaço público, mediante marchas, protestos e assembleias nas ruas e os métodos horizontalistas para deliberação de suas atividades.

Percebendo, portanto, performances dos protestos de junho e performances relativas à prática grevista, identificamos o repertório aplicado por esses trabalhadores em março de 2014:

Repertório da greve dos garis de 2014: interrupção do trabalho, piquetes nas portas dos locais de trabalho com ou sem carro de som; atividades de convencimento para adesão à greve em ambientes internos do trabalho; panfletagens à população em espaços públicos; protestos de rua diários em frente a locais de trabalho e a prédios públicos; resistência à repressão policial (parcial, recebendo investidas e não desmobilizando o protesto); reuniões e assembleias deliberativas em espaços públicos; uso da bandeira nacional por alguns grevistas; estado permanente de mobilização, com vários passando as noites nas ruas; pintura de faixas e cartazes nas ruas e praças; propensão ao diálogo e negociação com autoridades políticas e policiais durante protestos e para apresentação de pleitos.

Comparando este repertório com os demais identificados ao longo deste artigo, percebe-se a coincidência de sentido de diversas performances. Junho de 2013 incidiu sobre o movimento sindical dos garis, abrindo novos referenciais quanto às formas de desenvolver sua luta reivindicativa. Tais práticas somadas aos resultados da greve – sua capacidade de se auto-organizar e o ganho salarial – fixaram-se com um marco histórico para os trabalhadores, que nos anos seguintes tentaram repetir aqueles feitos de 2014.

Segundo os trabalhadores entrevistados, todos eles/elas componentes da liderança do movimento de oposição que se constituiu a partir de 2014, cabem demarcações importantes. Sobre o que se passou entre 2013 e 2014 (e também nos anos seguintes) é importante dizer que:

1) Uma parcela dos garis compareceu aos protestos de junho de 2013 com o intuito de estabelecer redes de solidariedade que pudessem lhes apoiar em suas lutas e para tentar destronar pela via eleitoral a direção do Sindicato do Asseio do Rio (SIEMACO-Rio); já outro contingente compareceu àqueles protestos, pela justeza das causas dos manifestantes, bem como pelo crescimento das manifestações – alguns destes relataram que o engajamento ali serviu como sua iniciação na prática política, lhes impulsionando no ativismo em seu movimento sindical.

2) Os garis que estiveram nos protestos de junho, estiveram entre aqueles que lideraram a greve de 2014, convocando protestos, conformando a comissão de base e participando das negociações; nos termos teóricos estabelecidos por Tilly (2005) quanto às modalidades de transferências de performances, tais garis foram os *mediadores* dos processos de transferência: compareceram nas manifestações, ali apreenderam táticas de luta e daí as aplicaram, adaptando-as na sua greve.

3) Além de se estabelecer como um marco de referências para suas mobilizações futuras, a greve de 2014 cumpriu o papel de unificar diversos ativistas sindicais que atuavam antes de forma dispersa nos enfrentamentos cotidianos em suas gerências locais. Estes, nos anos que se seguiram, chegaram a disputar eleições sindicais, tentando destronar um grupo antigo que ocupava a direção sindical. Primeiramente unidos, posteriormente complexificaram sua organização, separando-se em grupos de oposição com visões diferenciadas entre si. Além disso, foram parte ativa em outras greves ocorridas nos anos seguintes, a contar: 2015, 2019 e 2022.

4) O uso das redes sociais foi fartamente utilizado pelas lideranças para contraporem-se à cobertura e aos ataques midiáticos. Para tal, entretanto, precisaram lidar com limitações econômicas e geracionais, pois poucos garis já tinham *smartphones* à época e muitos deles não dominavam o uso da internet e precisaram ser assessorados didaticamente por colegas, utilizando muitas vezes computadores familiares ou de *lan houses*.

Considerações finais

Como brevemente já mencionamos, se retomarmos a sistematização que fizemos ao longo do presente artigo, podemos identificar na greve dos garis performances de todos os três repertórios de protesto de junho (*neossocialista, autonomista, patriótico*) e dos dois repertórios grevista (*tradicional e de rua*) elencados.

O processo de transferência de performances se deu de modo escalonado e através de determinados mediadores. Dizemos que foi em escala, pois já percebemos que primeiramente os três repertórios de protesto transbordaram o mês de junho e incidiram sobre as greves ocorridas a partir do segundo semestre de 2013, produzindo práticas diferenciadas, nisso que denominamos de *repertório grevista de rua*. Por outro lado, quanto aos mediadores, estes foram aqueles garis que participaram dos protestos de junho e que dotados da experiência lá obtida, aplicaram em sua greve de março de 2014 performances tidas como o mais natural a ser feito, caso quisessem alcançar a vitória. A experiência direta vivida nos protestos e a grande difusão que as performances de junho obtiveram por meios de comunicação diversos (imprensa e redes sociais) fizeram os garis aplicarem determinadas performances já tomando-as como suas.

E para além disso, passamos, por fim, a verificar os pontos de contato entre os repertórios, ou seja, através de quais performances, os momentos de março e de junho se cruzam.

Primeiramente, cabe ressaltar que por ser uma atividade sindical, a incidência de performances do *repertório tradicional de greve* se deu pelo objetivo de conquista das demandas dos trabalhadores, mediante negociações impactadas pelas táticas de mobilização e protesto do movimento paredista. Mas já passando pelo que se viu de inovação na prática dos garis nas últimas décadas, cabe destacar a percepção de uma alta incidência de *performances de greve de rua*, com variações de intensidade nas mesmas. Por um lado, há certa propensão ao diálogo e negociação (performances tradicionais que coincidem por sua vez com os *repertórios socialista e patriótico*, em alguma medida), já que a pauta reivindicativa é bem objetiva e sobre ela busca-se negociar ganhos. Por outro, é uma greve de intensidade diária maior mesmo que as *greves de rua* verificadas em 2013, haja vista uma outra dimensão da ocupação do

espaço público, mediante manifestações de protesto, bem como assembleias e reuniões nas ruas. Guardando semelhança com *performances autonomistas* quanto à ocupação do espaço público, garis literalmente dormiam nas ruas para não se distanciarem dos seus espaços de luta, de modo a garantir presença integral nos piquetes e manifestações, também diários.

O processo de transferência de *performances* dos movimentos sociais de junho para um contingente do movimento sindical suscita, por sua vez, o debate conceitual entre essas duas categorias teóricas. Enxergamos, de nossa parte, a possibilidade de permeabilidade de *performances* entre essas duas categorias, a partir dos aportes de Gagnon (1991), que analisa raízes em comum entre as mesmas. Isso pois o movimento sindical nada mais seria que um movimento social que passou por um processo de institucionalização. Este processo se dá desde as formas mais elementares e antigas de organização dos trabalhadores movidas pelas suas lutas reivindicativas, que vão se complexificando, sendo reconhecidas e legitimadas até alcançar aquilo que Boito Jr. (1991) denominou enquanto *Sindicato de Estado*, ou seja, uma forma de organização “juridificada” e que acabaria por compor aquilo que Althusser (1974) denominou como *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Mas sem perder o referencial quanto ao que aponta Gagnon (1991), os processos de institucionalização dos movimentos sociais de trabalhadores não se estabeleceriam numa via de mão única, havendo aí o que ela chama de “dialética instituída”. Nesse sentido, entendemos que a influência das Jornadas de Junho de 2013 se constituiu como a circunstância que temporariamente *desinstitucionalizou* o movimento sindical dos trabalhadores do asseio, naquele mês de março de 2014, fazendo o movimento transpor os limites típicos dos ambientes de trabalho, impulsionando a greve a um intenso patamar, através de práticas com características de movimento social.

Ademais, cabe ressaltar alguns impactos dessa greve. Internamente ela coesionou ativistas antes dispersos, e incidiu sobre a correlação de forças entre os campos oposicionista e situacionista no sindicato do asseio – apesar de não chegar ao ponto de destronar a direção sindical reinante há décadas ali. Já do ponto de vista externo à categoria, cabe ressaltar que aquela greve evidenciou os laços profundos

desses trabalhadores com a cidade, dado o apoio alcançado junto à população, assim como pelo suporte obtido junto a diversos sindicatos e movimentos sociais.

Por fim, podemos atestar, mediante nosso estudo de caso, o poder irradiador das Jornadas de Junho sobre os movimentos sociais no país e, particularmente, no Rio de Janeiro. Podemos verificar que o *Rio de Junho* promoveu a inclusão ou revigoração de um conjunto de performances sobre os costumeiros repertórios de protestos, aplicados pelos movimentos sociais em geral e pelo movimento sindical em particular.

E já quanto ao destino do movimento de 2014, este permanecerá assim, marcado na memória oral e escrita dos garis como a greve que fez o mundo ver o carnaval carioca em outras cores: as cores do *Rio Laranja*, do *Rio de Março*, que conquistando corações, passou e arrastou multidões para a luta sindical independente.

Referências

ALMEIDA, B. C. de. **Quando é na favela e quando é no asfalto**: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta. 2019. 414f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, H. P. de; SOUZA, K. R. de; PINA, J. A. Lutas operárias da Construção Civil no COMPERJ: questões para a ação sindical e a saúde dos trabalhadores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, dez. 2021.

ALONSO, A. **Treze**: A política de rua de Lula e Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALONSO, A; MISCHÉ, A. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. **ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference** 19-20 February 2015. Madrid, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11309520/June_demonstrations_in_Brazil_repertoires_of_contention_and_government_s_response_to_protest. Acesso em 21 de agosto de 2023.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRES, R. **A razão dos centavos**: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

BOITO JUNIOR, A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991.

BRINGEL, B. Miopias, Sentidos e Tendências do levante brasileiro de 2013. **Inteligência**, Rio de Janeiro/São Paulo, ano XVI, nº. 62, jul/ago/set, 2013.

BRINGEL, B. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org). **Protesta e indignación global**: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. Buenos Aires / Rio de Janeiro: CLACSO/FAPERJ, 2017.

BRINGEL, B. Campos de ação e confronto político no Brasil: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa (via Junho de 2013). In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. (Org.) **Junho de 2013**: sociedade, política e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

BRINGEL, B; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, vol. 2015, nº 2, 2015.

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHENAIS, F. O Capital portador de juro: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHENAIS, François. (org.). **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

COHEN, Y; SANTANA, M. **Du Brésil au monde et retour**: mouvements sociaux localisés et en résonance. *Brésil(s)*, Paris, nº 7, 2015.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FREITAS, L. V. de. **O encontro dos Rio de Janeiro, de junho e de março**: Jornadas de Junho de 2013, greve no carnaval e um novo movimento de garis. 2023. 227f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRJ, 2023.

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil**: 1990-2005. 2007. 329f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas.

KREIN, J. D. O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal. **IHU On-Line**, São Leopoldo, v. 01, 2009.

MUNIZ, C.. Microempreendedor Individual: empresário ou trabalhador “formal” e precário? Uma reflexão teórico-empírica. In: **47º Encontro Anual da ANPOCS**, 2023, Campinas.

NOBRE, M. **Choque de Democracia** – Razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O DIA, Jornal online. **Garis da COMLURB fazem manifestação no Centro**. Rio de Janeiro: 25 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-25/garis-da-COMLURB-fazem-manifestacao-no-centro.html>. Acesso em 01 de junho de 2015.

ORTELLADO, P. A negação de junho, quatro anos depois. **Folha de São Paulo**, 13 de junho de 2017.

PERRUSO, M. A; NARVAES, V. B. Les journées de(puis) juin 2013. In: **Brésil(s)**, Paris, nº.7, 2015.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Rosenfield, C. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, nº 89, 2015.

SILVEIRA, C. T. J. Primeiro pelo sindicato, depois por fora dele: as greves de ônibus de 2013 e 2014 na cidade do Rio de Janeiro. In: FRAGA, Alexandre Barbosa; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). **Juventude trabalhadora e sindicatos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, nov. 2013.

TARROW, S. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (org.), **Repertoires and Cycles of Collective Action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TAVARES, F. M. M; RORIZ, João Henrique Ribeiro. Avant juin, les rues de mai. Étude de cas sur les manifestations en faveur de la mobilité urbaine dans la ville de Goiânia. **Brésil(s)**, Paris, nº.7, 2015.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, C. **Identities, boundaries & social ties**. Boulder/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

ZIBECHI, R. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **OSAL** – Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, ano XIV, nº. 34, nov. 2013.